

Sionismo, Holocausto e revisionismo: uma análise crítica

Zionism, Holocaust and Revisionism: a critical analysis

SOFIA DÉBORA LEVY

Bacharel e Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Bacharel e Licenciada em Psicologia pela Universidade Gama Filho; Mestre em Psicologia e Doutora em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pós-Doutoranda em Memória Social pela UNIRIO. Psicóloga Clínica.

RESUMO O presente artigo propõe-se a analisar criticamente as relações amiúde traçadas entre sionismo e Holocausto, buscando ampliar o entendimento da relação entre o Holocausto e a criação do Estado de Israel enquanto causalidade – em nosso entender, limitante e utilizada negativamente por movimentos revisionistas e antijudaicos ora crescentes. Para isso, revisitamos o sionismo não apenas em sua manifestação político-nacional da Idade Moderna, mas enquanto fator de identidade judaica milenar. Ilustramos os olhares de judeus sobreviventes do Holocausto frente ao iminente perigo aos quais vieram a ser submetidos, bem como a sua relação para com a existência de uma pátria segura – e de Israel em especial – como um fator de ajuda na superação dos traumas vividos no passado e no combate ao revisionismo e ao negacionismo do Holocausto, alertando quanto aos sinais de discriminação e preconceito aos quais devemos atentar a qualquer tempo com vias à manutenção do trato ético social.

PALAVRAS-CHAVE Sionismo; Holocausto; revisionismo; negacionismo.

ABSTRACT This article points to a critical analysis about the common referred relations between Zionism and Holocaust, intending to widen the comprehension of the relation between Holocaust and the creation of the State of Israel as a causality – in our point of view, limitedly and negatively used by increasing revisionists and anti-Jewish movements nowadays. To do so, we revisit Zionism regarding not only its political-national face in modern age, but as a millenary Jewish identity factor. We illustrate the point of view of Holocaust Jews survivors in face of the imminent danger they had been submitted, as well as their relation to the existence of a secure fatherland, specially Israel, as a factor that helps to surpass the traumas lived in the past and to combat the Revisionism and Negations of the Holocaust, alerting about the signs of prejudice and discrimination that we must be attentive any time, in order to maintain an ethic social agreement.

KEYWORDS Zionism; Holocaust; Revisionism; Negationism.

O movimento sionista

O SIONISMO COMO MOVIMENTO POLÍTICO EM PROL DA CRIAÇÃO DE UM ESTADO JUDEU iniciou-se no século XIX e tem no jornalista judeu húngaro Theodor Herzl seu maior expoente. Mas, se entendermos o âmago desse movimento como a aspiração do judeu da diáspora ao retorno à Terra de Sião, reconheceremos que o sionismo existe desde o Exílio da Babilônia, no século VI a.C. Paulo Geiger (2012) destaca que o povo judeu é sionista desde que se concebe como povo, estivesse alocado na Terra Prometida ou num projeto de retorno a ela, com o que se manteve unido em sua dispersão.

Hoje em dia, aos 67 anos da existência do Estado de Israel, observamos o êxito do movimento sionista ideológico-político-nacional. A existência de Israel já tem suscitado até mesmo questionamentos acerca do sentido de ainda se falar num movimento sionista. Tal questionamento parte, sobretudo, dos próprios israelenses, que já vivem no Estado aspirado. Porém, para os judeus da diáspora, o sionismo continua tendo o

seu sentido de existir, pois mantém o elo de ligação identitária entre os judeus do mundo todo. Ou seja, ainda que não habitem em Israel, pelas mais diversas razões, os judeus da diáspora contemporânea herdaram a referência sionista enquanto um eixo de convergência da identidade judaica, que se mantém mesmo com o Estado judeu já tendo se tornado uma realidade. Inclusive, em vários aspectos, essa identidade é mesmo reforçada através de referências sociovalorativas da sociedade e do judaísmo israelense para com o judaísmo em outras partes do mundo.

Antes da criação do Estado de Israel, essa convergência identitária sionista existia enquanto inspiração passada para muitos – pelo caráter tradicional, religioso ou messiânico –, e aspiração futura para alguns – pelo caráter político e pragmático –, dadas as condições antijudaicas na Europa ainda no século XIX, as quais levaram Herzl a corajosamente problematizá-las quando escreveu, em 1895, *O Estado Judeu*, marco da teoria do sionismo político moderno:

Ninguém negará a situação infeliz dos Judeus. Em todos os países onde vivem, por menos numerosos que sejam, a perseguição os atinge. A igualdade de direitos, se bem que inscrita na lei, foi, de fato, quase por toda a parte suprimida em detrimento deles. Já os postos médios no exército, na administração, e os empregos particulares lhes são inacessíveis. Procuram desalojá-los dos negócios. “Não comprem nas casas de Judeus!” Os ataques no seio dos parlamentos, das assembleias, na imprensa, do alto do púlpito sagrado, na rua, em viagem [...] multiplicam-se de dia para dia. (HERZL, 1947, p. 55)

As palavras de Theodor Herzl, hoje revisitadas, não têm apenas o mérito de impulsionar os judeus

a se unirem num movimento político de criação de seu Estado-nação. Têm também o mérito de pronunciar abertamente acerca de uma triste realidade que, infelizmente, décadas depois, agravou-se a ponto de constituir-se na maior catástrofe da humanidade, o Holocausto – em hebraico, a *Shoah* (destruição, catástrofe, calamidade). Referimo-nos à coragem de Herzl de não negar a realidade na qual viviam os judeus na Europa, vítimas de perseguições e humilhações milenares que se repetiam e se repetiriam em um padrão já conhecido por judeus e não judeus. Anos depois, diante da iminência do Holocausto, do prenúncio do extermínio em massa de milhões de pessoas, a negação foi um dos mecanismos de defesa utilizados pelos judeus, dado o caráter inimaginável de tal planejamento proclamado por Hitler, posto que não se tratasse de um evento local e isolado, conforme o padrão já conhecido notadamente na Europa Oriental, mas sim de uma ação progressiva e absoluta como jamais vista. Conforme descreve Walter Laqueur, aliada à manipulação de informações promovida pelos nazistas, a esperança de que algo tão abominável não passaria de boato e não poderia lhes acontecer fez com que milhares de pessoas não tivessem tentado reagir ou fugir enquanto havia oportunidade:

Qualquer análise racional da situação teria mostrado que o objetivo nazista era a destruição de todos os judeus. Mas as pressões psicológicas militavam contra a análise racional e criavam uma atmosfera na qual a racionalização daquilo que se deseja parecia oferecer o único antídoto ao desespero total. (LAQUEUR, 1981, p. 181)

De fato, são unânimes as declarações acerca do caráter inimaginável do Holocausto, seja daqueles que sobreviveram a ele, seja dos que lá não

estiveram. Ainda segundo Laqueur (1981, p. 13), não se tinha parâmetro para se admitir um intento de tamanha magnitude destrutiva: “É muito fácil dizer que todos deveriam ter sabido o que aconteceria depois que o fascismo tomasse o poder. Essa é, porém, uma abordagem a-histórica. O nazismo foi um fenômeno sem precedentes”.

Mesmo atualmente, dentre os que se dedicam à literatura especializada, o impacto diante do caráter inumano do totalitarismo nazista desperta dificuldades de apreensão das graves configurações desse período histórico. Como nos diz Giorgio Agamben (2008, p. 57), “Auschwitz é exatamente o lugar em que o estado de exceção coincide, de maneira perfeita, com a regra, e a situação extrema converte-se no próprio paradigma do cotidiano”.

Alguns judeus alemães, sentindo a degradação de suas vidas a partir de 1933, buscaram emigrar, ainda que isso implicasse em deixar membros familiares e se lançar em países que os aceitassem sem nenhuma garantia de trabalho ou meio de subsistência inicial. A Palestina era um desses países buscados pelos judeus europeus, em especial pelos afiliados ao movimento sionista, como o filósofo judeu vienense Martin Buber (1878-1965), que chegou a Israel em 1938 e testemunhou a chegada de outros judeus em busca, primordialmente, de segurança e proteção contra o terror nazista e da aproximação à tradição messiânica, mas sem trazer anseios de construção estatutária do Estado judeu, como os dos *chalutzim* (em hebraico, imigrantes pioneiros), engajados politicamente no movimento sionista (BUBER, 1975).

Outros, não conseguindo emigrar, buscavam sobreviver alimentando esperanças e buscando se fortalecer como podiam. Nesse aspecto, Kurt Lewin, psicólogo judeu alemão que sobreviveu ao nazismo por ter conseguido se radicar nos EUA, destaca que, independente da opinião que se possa ter

do sionismo enquanto programa político, não há como negar a injeção de ânimo e o efeito positivo na elevação da autoestima que escritos sionistas promoveram nos judeus alemães logo após a ascensão de Hitler, evitando, inclusive, que muitos deles cometessem suicídio (LEWIN, 1978).

Vale notar que, em seus estudos sobre dinâmica de grupo, Lewin dedica especial atenção às dinâmicas dos judeus junto à sociedade maior, e destaca a importância da identidade judaica ser reconhecida positivamente pelos próprios judeus, inclusive, ensinando às suas crianças a significação positiva desse destino como um meio para o fortalecimento da participação dos sujeitos em sua comunidade e, sobretudo, nos casos de necessidade de enfrentamento de sua condição frente à comunidade maior, da qual muitas vezes recebem alusões negativas: “Uma ampla visão, que inclua o passado e o futuro da vida judaica e ligue a solução do problema da minoria com o problema do bem-estar de todos os seres humanos, é uma dessas possíveis fontes de revigoração.” (LEWIN, 1978, p. 212).

É inegável, portanto, a perspectiva teleológica salutar que o sionismo teve para os judeus dos séculos XIX e XX e ainda tem para o judeu do século XXI. Isso porque a ameaça à sobrevivência do judeu na diáspora é um fantasma que ronda o pensamento coletivo judaico, por todas as dores já vivenciadas. Decorre, daí, a defesa da existência de um Estado judeu, a todo e qualquer tempo, por grande parte da comunidade judaica diaspórica.

O ponto de vista dos sobreviventes do Holocausto

Entre os milhões de judeus vitimados pelo nazifascismo, podemos ainda hoje contar com sobreviventes que se propuseram a legar seu testemunho

de modo a contribuir para que o Holocausto não se repita. O investimento na compreensão de como aconteceu tamanha atrocidade, visando a esclarecê-la àqueles que lá não estiveram, levou-nos a entrevistar sobreviventes judeus residentes no Rio de Janeiro (LEVY, 1996; 2006) e colher suas histórias de vida antes, durante e depois do Holocausto, até seu estabelecimento no Brasil. Nessas entrevistas, alguns mencionam também sua relação com o sionismo e com o Estado de Israel.

Leon Herzog, nascido na cidade polonesa de Ostrowiec, frequentava o movimento juvenil sionista *Hashomer Hatzair* até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Tendo se passado por não judeu e sobrevivido à Guerra com a identidade polonesa de Jan Grabowski, Leon veio para o Brasil após o fim da Guerra porque tinha aqui familiares que haviam imigrado para o Brasil antes dos conflitos. Entretanto, mesmo ao se estabelecer no Rio de Janeiro, sempre procurou ajudar o Estado de Israel, lugar que acreditava ser o destino de todo judeu. Durante onze anos, foi presidente dos Amigos da Universidade Hebraica de Jerusalém e, depois, membro do Boarder Governor dessa Universidade; foi também membro da Câmara de Comércio Brasil-Israel, entre outras organizações judaicas e sionistas (LEVY, 1996, pp. 617-618). Investindo na manutenção do Estado de Israel, Leon Herzog compartilha seu desejo e sua mensagem: “Meu maior desejo hoje é ver a paz entre israelenses e palestinos, que vivam em paz lado a lado, prosperando. E que depois de 2000 anos de sofrimento, o povo judeu, que tanto contribuiu para a humanidade, encontre a paz em sua pátria, Israel” (LEVY, 2006, p. 72).

Lejbus Brener, nascido em Dzialoszyce, na Polônia, frequentava o movimento juvenil sionista *Hanoar Hatzair* antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Como Herzog, Brener reconhece que Israel é o resultado do esforço e da árdua dedica-

ção do povo judeu pelo seu estabelecimento: “O povo judeu é um povo valente e heroico, ergueu-se lutando e conseguiu a nossa pátria de Israel, um país pequeno, a nossa Terra Prometida, vencendo todos os nossos inimigos, lutando até hoje para alcançar a paz verdadeira com os nossos vizinhos. Amém!” (LEVY, 2006, p. 103).

Chaim Najman, nascido em Opole, no estado de Lublin, Polônia, antes do início da Segunda Guerra, pertencia ao Partido Sionista *Poalei Sion*. Chaim pensou em sair da Polônia antes da Guerra, mas não pôde devido ao serviço militar obrigatório polonês. No entanto, também não acreditava que o nazismo pudesse vir a tomar a proporção que tomou com o Holocausto:

[...] todo mundo, inclusive os meus pais, diziam que o povo alemão durante a primeira guerra nos ajudou muito. Os judeus estavam com raiva dos ucranianos, mas não dos alemães. Ainda da primeira guerra, a ideia era a de que os alemães, os austríacos tinham tratado bem os judeus. E foi por isso que eles fizeram tudo o que fizeram, pois eles sabiam que ninguém acreditaria que eles iriam criar crematórios, câmaras de gás... (LEVY, 1996, p. 446)

Essa mesma referência ideativa aos alemães acometia a família de Aleksander Henryk Laks, polonês nascido na cidade de Lodz e, quando de nossa entrevista, contribuiu também na condição de Presidente da Sherit Hapleitá/RJ (Associação Brasileira dos Israelitas Sobreviventes da Perseguição Nazista):

Meu pai era germanófilo, falava muito bem a língua alemã e a visão que ele tinha do povo alemão era a de um povo culto, como era a opinião da maioria. Não sabíamos (ou não acreditávamos) desse vírus que se apossou dos alemães. Falava-se mais

em Goethe, em Schopenhauer, em pessoas cultas. Quando se falava que havia campos de concentração, os jornais alemães respondiam dizendo que isso era propaganda anti-alemã. E nós acreditávamos que isso fosse verdade. Argumentava-se que durante a Primeira Guerra Mundial também se dizia que os alemães cometiam excessos. Pensávamos que seria impossível acontecer algo parecido. E se estivesse acontecendo, pararia.

Nós não tomávamos muito a sério esses acontecimentos – e é isso que nós não podemos repetir, porque onde há fumaça, há fogo. Temos que ver sempre as coisas como elas realmente estão, e não deixar de dar atenção por pensarmos que não pode acontecer. De fato não passa na cabeça de um ser pensante que alguém pode pegar uma pessoa e enforcar num poste, ou executar, ou mesmo passar na rua e atirar numa pessoa por puro sadismo. (LEVY, 1996, pp. 356-357)

Após ter sobrevivido ao gueto de Lodz – como seu amigo Aleksander Henryk Laks – e aos campos de concentração de Auschwitz, Glaivitz e Blachamer, Chaim Najman veio para o Brasil em 1947, pois sua irmã Sara Lea, que aqui já vivia desde antes da guerra, assim insistiu – o que o fez mudar seus planos de imigração ilegal para Israel. Como mensagem para as futuras gerações, Najman deixa seu pedido: “Meus queridos irmãos, filhos, jovens, judeus, mantenham o Judaísmo. Cuidem bem dele. E tomem conta do nosso povo, nós precisamos de vocês. Eu já sou velho, mas vocês, jovens, tomem conta do nosso povo, do nosso eterno país que se chama Israel. Amém” (LEVY, 2006, p. 163).

Tendo sobrevivido à Guerra como um dos membros da Lista de Schindler, Edward Heuberger, nascido em Cracóvia, na Polônia, satisfeito com sua cidadania brasileira, ainda assim relembra a dupla cidadania de todo judeu da diáspora: “Então, a história

continua. Mas graças a Deus nós não estamos mais só dispersados pelo mundo, temos também mais uma pátria. Cada judeu tem duas pátrias: uma pátria real onde ele mora, e outra pátria sentimental, coroada com Jerusalém, que hoje é Israel” (LEVY, 2006, p. 239).

Vemos nesses relatos dos sobreviventes verdadeiros clamores pela manutenção do Estado de Israel. Aqueles que passaram pelo drama de não terem a quem recorrer e não receberam ajuda local ou internacional têm uma concepção sionista visceral, diferente de outras pessoas que não passaram pelas agruras do Holocausto. Os sobreviventes que mantêm um investimento psicológico sionista têm nisso um auxílio à superação de seus traumas, pela referência de segurança e defesa contra novas iminentes possibilidades de violação dos direitos de cidadania que possam recair sobre os judeus em qualquer lugar do mundo. Mesmo não vivendo em Israel, essa referência psicológica, para os judeus sobreviventes da *Shoah* que vivem na diáspora, fortalece a possibilidade de confiar e acreditar, fundamentais para o ensejo de mobilização interna por querer viver, mesmo depois de todos os traumas aos quais foram submetidos.

Revisionismo e Negacionismo

Além da mentira e da manipulação de informações durante o Nazismo, décadas depois ainda nos defrontamos com manipulação de informações acerca do ocorrido naquele período e, em especial, durante o Holocausto. Pierre Vidal-Naquet, em *Os assassinos da memória*, define o revisionismo do Holocausto como “a doutrina segundo a qual o genocídio praticado na Alemanha nazista contra os Judeus e Ciganos não existiu e pertence ao domínio do mito, da fabulação, da fraude” (VIDAL-NAQUET, 1988, p. 117), tendo desenvolvido um minucioso estudo a esse respeito.

Deparamo-nos atualmente com o avanço do Revisionismo – alteração e deturpação de dados – e do Negacionismo – negação total da existência dos fatos –, que insistem em distorcer e negar os fatos acontecidos num intento de alterar o registro da história oficial. Em maio de 2015, 70 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Hotel Grosvenor, em Londres, sediou o Simpósio Mundial de Revisionistas e Negacionistas do Holocausto, marcado por declarações neonazistas de convidados. Entre elas, a de Mark Weber, Diretor do *Institute for Historical Review*, sediado na Califórnia, EUA, ilustra bem as estratégias de manipulação e inversão de dados utilizadas pelos revisionistas: “Enquanto o poder do lobby judaico permanecer intocado, não haverá fim à sistemática distorção judaica da História e dos assuntos atuais [...]. Não há tarefa mais importante ou urgente do que identificar, enfrentar e quebrar esse poder diabólico dos judeus” (WEBER *apud* GRINBAUM, 2015, p. 20-21).

Em nossos estudos psicológicos, destacamos que o Revisionismo e o Negacionismo são potencialmente traumáticos, pois negam a vivência trágica de milhões de sobreviventes. Trazem a denegação como estratégia e objetivo, anulando a dor e a realidade de milhões de seres humanos, como é sentido pelo sobrevivente belga Samuel Rozenberg:

No início de 1946, meus pais receberam um telegrama da Polônia com apenas duas palavras em polonês, sem assinatura: “estou viva”. [...] Foram 48 longas horas até que descobrissemos a remetente. Era uma irmã de minha mãe, Brandla Kasza, a única que sobreviveu ao inferno nazista. Meu pai perdeu dois irmãos, minha mãe cinco, com cônjuges e filho. E ainda tentam negar o Holocausto [...] (ROZENBERG, 2004, p. 45)

O não reconhecimento do outro acerca de nossa existência e de nossas vivências produz um choque consequente dessa negação, do qual advém um estorpecimento e uma paralisia na vítima, por se tratar de uma ação paradoxal – existir e não existir ao mesmo tempo. Foi o caso dos judeus vitimados pelo nazismo, que foram discriminados como não seres humanos – em sendo! E, mesmo após anos findo o III Reich, a atitude negacionista promove um choque ao colocar em xeque a realidade vivida e, assim, nega sua ocorrência. Isso avilta aqueles que vivenciaram a situação em questão, pois estes têm a sua própria história de vida colocada em suspeita.

A revolta frente ao negacionismo que os sobreviventes testemunharam, mesmo aqui no Brasil, chega ao ponto de trazer à tona o questionamento acerca da própria validade de ter sobrevivido, como desabafa o sobrevivente Chaim Najman:

Sofia – A que o senhor atribui a sua sobrevivência?

Chaim – Não sei, ao azar. Já passei tanta vergonha depois da guerra à qual sobrevivi, que eu já me perguntei para que sobreviver? Para escutar uns canalhas dizerem que tudo isso é mentira? Não vale a pena. [...] Logo depois da guerra, quando fui morar em Mark Oberdorf, todos os moradores disseram: “Nós não sabemos de nada!” Só diziam que eles não sabiam de nada. E os pais, os irmãos eram sócios do partido nazista! Andavam uniformizados, e não sabiam de nada? [...] (LEVY, 1996, p. 450-451)

Outros questionamentos são suscitados, chegando até mesmo à existência de Deus e sua permissão diante da mais atroz demonstração de humilhação e destruição do homem pelo homem, como aborda a escritora italiana contemporânea

Susanna Tamaro ao recontar, em sua obra literária, as vivências de seus parentes vitimados pelo fascismo italiano e pelo nazismo, ideologias criadas e mantidas por homens, seres dotados de livre-arbítrio, pelo qual mais e melhor deveriam zelar em vez de aludir a Deus quando não reconhecem em si mesmos a sua condição humana divina:

– Todos dizem: onde estava Deus? Por que não pôs termo à chacina com um estalar de dedos, por que não sufocou os ímpios sob uma chuva de brasas, fogo e enxofre? – costumava repetir Miriam. – Mas, em vez disso, eu digo: onde estava o homem? Onde estava a criatura feita para ser “pouco menos que os anjos?” Porque foram os homens quem construiu as câmaras de gás, engenheiros especializados quem definiu o ângulo exato de rotação dos carrinhos dos fornos para otimizar os tempos (nada devia deter o ritmo da depuração); faziam seus cálculos enquanto a mulher tricotava tranquila na sala, e os filhos, em seu pijama de flanela, dormiam abraçados ao seu ursinho de pelúcia. Foram os homens quem buscou as pessoas para tirá-las de casa, desentocando-as dos lugares mais escondidos; e ainda foram os homens quem manchou as próprias mãos de sangue, quem matou os recém-nascidos aos pontapés, quem massacrou os velhos; homens que podiam escolher e não o fizeram; homens que, em lugar de ver no outro um olhar, só viram um objeto.

“Sabe qual é a maior armadilha?”, disse-me de outra feita, espanando aquelas poucas centenas de livros que tratava com o carinho que se usa com os filhos: “É o fato de todos acreditarem que o Holocausto seja um fenômeno restrito no tempo, há toda uma série de celebrações durante as quais, com justa firmeza, todos repetem em coro: ‘Nunca mais! Nunca mais um horror como esse des-

cerá na terra!’ Mas, quando a bolha da peste explode, o que acontece? O doente por acaso fica bom, a epidemia acaba? Ou, ao contrário, se espalha de forma cada vez mais virulenta, libertando bactérias que podem finalmente levar a doença a qualquer lugar?”

“Precisaríamos, isto sim, ter a coragem de dizer: ‘Ainda e sempre!’ Porque, sob uma aparente normalidade, os miasmas daqueles anos infectam o nosso tempo preparando para nós um Holocausto de dimensões cósmicas. E o lugar certo para exercer a perfeição técnica é a sociedade.” (TAMARO, 2007, pp. 185-186)

Os próprios sobreviventes são, portanto, os primeiros a alertarem o mundo para a possibilidade, sim, de uma tragédia daquelas proporções poder vir a se repetir. Por terem vivido o grau de desumanização a que o homem pode chegar, tratam com realismo o cuidado que toda sociedade deve ter para zelar pela ética, de modo tal que sejam fortemente combatidas e execradas as tiranias de Estado. Por trazerem aquelas vivências em suas memórias e em seus corpos, não as negam para si e nem para os outros. E expõem-se, recontando suas dolorosas vivências para todos os interessados como um modo de investir na melhoria das relações entre os povos através do conhecimento da História.

Apesar dos inúmeros esforços para combater o negacionismo e o revisionismo, essas manifestações destrutivas continuam a grassar, inclusive com rápida expansão pelas facilidades do mundo digital virtual. Quanto a esse aspecto do mundo contemporâneo, Alberto Dines (2011, s/p) assinala que “a fabricação da mentira torna-se cada vez mais sofisticada não por causa das novas tecnologias *per se*, mas porque estas tornam as pessoas cada vez menos interessadas em absorver conhecimentos”.

De fato, em contraponto à facilidade de acesso à informação na web, há uma falta de aprofundamento e de espírito crítico para com as informações veiculadas, facilitando a manipulação de informações e a deturpação da História.

Conforme alerta Paulo Geiger (2012), temos que combater distorções acerca do sionismo, tais como: a de que Israel é uma criação contemporânea, sem raízes históricas, e provocada pelo Holocausto; causadora de conflitos inevitáveis no Oriente Médio dos quais a ocupação pós-1967 é a origem; e um Estado cuja existência deve ser deslegitimada... Nada disso é verdade.

Como vimos, o Estado de Israel é uma aspiração milenar do povo judeu e, mesmo anos antes de sua criação, grupos sionistas propuseram planos de convivência pacífica, inclusive de um Estado binacional, os quais foram rejeitados pelos palestinos (BUBER, 1975). Sendo assim, nem o sionismo nem o Estado de Israel são fontes necessárias de conflitos, posto que, ao longo de mais de um século, várias propostas foram apresentadas para superação de conflitos. Tampouco é correta a alusão à ocupação de territórios em 1967, uma vez que houve uma guerra que acarretou consequências territoriais, e não uma simples ocupação autoritária nos termos de uma invasão em tempos de paz. Por fim, não há motivo político de fato ou ação de Estado, por parte de Israel, que justifique sua deslegitimação. O que há, sim, são distorções na maneira de se retransmitir a história de Israel e, em ampla medida, a dos judeus, numa retroalimentação entre antijudaísmo, antissionismo e neonazismo.

O escritor e ativista israelense Eliyahu Biletzky (1982) alerta para como os países árabes contrários à existência do Estado de Israel propagam seu antijudaísmo e antissionismo valendo-se do negacionismo e do revisionismo do Holocausto.

Biletzky (1982, p. 70) o exemplifica com a publicação, em 1975, em Frankfurt, Alemanha, do livro *Minha Pátria, Palestina – o Sionismo, inimigo do Povo*, no qual o autor Ahmed Hussein afirma que, na Segunda Guerra Mundial, nenhum judeu foi morto simplesmente por esta sua condição, e que apenas o foram aqueles que eram espões, sabotadores e criminosos qualquer que fosse a sua nacionalidade.

Segundo Biletzky, atitudes revisionistas e negacionistas como essa visam influir sobre a opinião pública: conhecendo os sentimentos de culpa da comunidade mundial depois do Holocausto, procuram anular esse impacto, mesmo que para isso o façam distorcendo a História, minimizando fatos e até negando testemunhos e mesmo provas documentais já conhecidas e arquivadas em diversos países.

Entendemos tais ações e intenções como um desrespeito à capacidade humana de entender e lidar com sua própria história, e uma total desconsideração para com milhões de seres humanos que são, dessa forma, reduzidos a uma única categoria – inimigos – diante da qual é dada a destrutividade plenos poderes, não importando os meios utilizados para atingir seu fim. O diálogo e a ética não têm lugar em meio a esses intentos, e a humanidade se vê, mais uma vez, em retrocesso.

Discussão

Apesar das aspirações de sobreviventes do Holocausto à existência e manutenção de um Estado judeu, para que atrocidades como a *Shoah* não se repitam, sublinhamos que a existência do Estado de Israel não deve ser entendida apenas como decorrente do Holocausto, muito menos apenas como uma reparação a esse genocídio industrial perpetrado aos judeus. A aspiração a um Estado Ju-

deu é anterior ao Holocausto, enquanto movimento ideológico-identitário, e ainda mais anterior em sua referência religiosa, remontando ao Antigo Testamento.

Vemos com bastante preocupação a tendência midiática contemporânea em reforçar enfaticamente a criação e a existência do Estado de Israel em função do Holocausto. Tal tendência fragmenta e parcializa a concepção do Estado judeu preconizado pelo movimento sionista, que contemplava também a referência da tradição por esta ser, além de referência religiosa, referência de manutenção de identidade e coesão do povo judeu ao longo de séculos durante os quais este sofreu as mais diversas formas de intolerância sociocultural e religiosa, conforme nos relatou Edward Heuberger, sobrevivente da *Lista de Schindler*:

O Holocausto ficou no passado. Uma vez ou outra, algumas pessoas lembram de que houve a Segunda Guerra Mundial. O pessoal que participou ou viveu durante esse tempo vai aos poucos ficando no passado, mas vocês jovens nunca esquecerão de que houve o Holocausto, como ninguém esqueceu que houve também as cruzadas, as perseguições, a Inquisição, a queima dos judeus nas fogueiras. Não esquecerão também de que, quando os judeus foram expulsos da Espanha e de Portugal, chegaram para o Brasil; as adversidades daqueles tempos e o antissemitismo não acabaram até hoje... (LEVY, 2006, p. 238-239)

O revisionismo e o negacionismo histórico, utilizados hoje para distorcer e mesmo negar a ocorrência do Holocausto, mantêm-se utilizando o Holocausto como evento único causativo para a criação do Estado de Israel. Não o foi e não o é. A história do movimento sionista, em suas diversas correntes políticas, por si só já demonstra isso. Mas é

importante ressaltar a relação milenar do povo judeu para com uma nação judaica, à qual aspiravam desde que se constituem como povo de Israel, pelo que foram perseguidos, dizimados, atacados, expulsos, pelo simples fato de serem vistos de forma preconceituosa dada sua identidade. Essa atitude preconceituosa, que a cada momento reinventa justificativas para dizimar os judeus, nos causa indignação por sua falta de embasamento em qualquer dado de fato prejudicial que porventura pudesse vir a justificar alguma reação negativa de um grupo social sobre outro.

Com tudo isso, ainda deparamo-nos, nos dias atuais, com a falta de indignação e com o não comprometimento cabal da comunidade global, mesmo diante da comprovação da destrutividade industrial a que o homem chegou com o Holocausto, dizimando judeus e outros milhões de pessoas dos mais diversos grupos religiosos e culturalmente diferenciados dos arianos. Infelizmente, o mundo não rejeita veementemente e em uníssono os escritos que insistem em dizer que o Holocausto é uma invenção judaica e que o extermínio não aconteceu como se descreve.

Com tais sinais de resistência do mundo em reconhecer os judeus como vítimas-mor de uma política de Estado pautada pela eugenia que não deve se repetir com nenhum grupo humano – e não como vitimizantes em busca de comiserção, como não queria nem mesmo Herzl, que não tinha “a intenção de provocar em nosso favor um enternecimento da opinião” (1947, p. 56) – muitas vezes recai, em primeira mão, sobre os judeus, a tarefa de clamar à comunidade maior reconhecimento desse limite ético. E que é feito não só em causa própria, mas também para o outro, pois faz parte da ética judaica cuidar do bem-estar do seu próximo. E como está na tradição judaica a transmissão da história vivida

por nossos antepassados, assim se cumpre também para com a lembrança respeitosa às vítimas da *Shoah*.

Como demonstramos anteriormente (LEVY, 2010), a tentativa revisionista de minimizar os feitos e efeitos do homem ao longo da História, tem servido para gerar desconfiança, instabilidade e hostilidade entre os povos, acirrando a convivência no presente e tornando-a mais tensa. A minimização postulada abre margem, inclusive, à permissividade para outras instituições totalitárias presentes e futuras. É contra isso que lutamos, através do trabalho de esclarecimento e de combate à manipulação de informações, trazendo a público dados históricos e testemunhos que possam ampliar o conhecimento e promover reflexões pautadas na referência ética, necessária à boa convivência entre os povos em qualquer tempo e lugar do mundo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BILETZKY, Eliyahu. *Anti-sionismo, nova face do antissemitismo*. São Paulo: B'nai B'rith, 1982.
- BUBER, Martin. *Humanismo hebreo y nacionalismo*. Buenos Aires: AMIA, 1975.
- DINES, Alberto. História truncada: a Inquisição não existiu, é invenção dos leigos. *Jornal do Observatório da Imprensa*. nº 666, 31/10/2011. ISSN 1519-7670. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- HERZL, Theodor. *O Estado judeu: ensaio de uma solução da questão judia*. Rio de Janeiro: Organização Sionista Unificada do Brasil, 1947.
- GEIGER, Paulo. *Sionismo e a fundação do Estado de Israel*. Palestra proferida no 8º CONGRESSO DE ENTIDADES SEFARADIS: Sefaraditas – a cultura mediterrânea dos nossos dias. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2012.
- GRINBAUM, Victor. A inesperada voz da razão. *Menorah*, nº 668, 10-21. Rio de Janeiro: Menorah, maio, 2015.
- LAQUEUR, Walter. *O terrível segredo: a verdade sobre a manipulação de informações na “solução final” de Hitler*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LEVY, Sofia. D. *Repensando o Ser: uma análise metaprocessual dos relatos de sobreviventes do Holocausto*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.
- _____. *Sobre Viver: oito relatos antes, durante e depois do Holocausto por homens e mulheres acolhidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Ediouro, 2006.
- _____. Antijudaísmo e Inconsciente Coletivo. *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, nº 8, 261-271. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.
- LEWIN, Kurt. *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- ROZENBERG, Samuel. *Codinome: Paul Allain: memórias de um sobrevivente do Holocausto*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 2004.
- TAMARO, Susanna. *Ouçã a minha voz*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória*. São Paulo: Papirus, 1988.

Recebido em 01/08/2015

Aceito em 21/12/2015